

INTRODUÇÃO¹

Salvador Forquilha

Trinta anos depois da aprovação da primeira Constituição multipartidária da história do País,² Moçambique continua a enfrentar grandes desafios no processo da construção democrática. Com efeito, não só as instituições que resultaram das reformas políticas no âmbito da nova Constituição têm demonstrado fragilidades no seu funcionamento, como também as regras do jogo político têm sido marcadas por uma certa instabilidade, consubstanciada, por exemplo, nas sucessivas revisões da legislação eleitoral. Nos últimos índices de democracia,³ Moçambique tem registado recuos significativos na sua pontuação. Depois de ter passado de regime híbrido para regime autoritário (The Economist, 2019), o País passou da posição 116, em 2018, para a posição 120, em 2019 (The Economist, 2020). No que se refere à situação económica, a trajetória do País tem sido marcada por crises e contradições, resultantes, essencialmente, das estruturas sociais de produção, das dinâmicas de dependência e do sistema social de acumulação (Castel-Branco, C.N., 2020a). No plano social, apesar de ter havido uma ligeira melhoria em termos de bem-estar e uma redução percentual da taxa de pobreza de consumo em 5 % entre 2008/2009 e 2014/2015, de acordo com os dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2014/2015, análises indicam que ainda persistem diferenças significativas regionais e entre os espaços urbano e rural ao longo do País. Com efeito, «a redução da pobreza no período entre 1996/1997 e 2014/2015 foi substancial tanto nas áreas rurais como urbanas, mas a redução foi mais acentuada nas áreas urbanas entre 2008/2009 e 2014/2015. A nível regional, evidencia-se que o Norte piorou a própria situação em termos de taxa de pobreza de consumo, passando de 45 % para 55 %, enquanto o decréscimo das taxas de pobreza no Centro e no Sul foi, respectivamente, de 10 e 18 pontos percentuais. Entre 2008/2009 e 2014/2015, a pobreza diminuiu em todas as províncias do Centro e Sul, particularmente em Maputo (província e cidade), enquanto nas três províncias do Norte as taxas de pobreza estagnaram ou cresceram» (Arndt *et al.*, 2018: 311). Os dados acima também indicam que a pobreza é muito resiliente em relação ao crescimento económico – no mesmo período em que baixou 5 % (a uma média anual de -0,8 %) o PIB cresceu 50 % (a uma média anual de 7 %), revelando que o padrão de crescimento económico é pouco eficiente a reduzir pobreza.

¹ Agradecimentos especiais aos membros do Conselho Científico do IESE, particularmente a Carlos Nuno Castel-Branco, Luís de Brito e Sérgio Chichava, pelos comentários efectuados ao texto introdutório da presente edição de *Desafios para Moçambique*.

² A Constituição que introduziu a democracia multipartidária em Moçambique foi aprovada pelo então Parlamento monopartidário a 1 de Novembro de 1990.

³ O índice da democracia em referência mede cinco dimensões, nomeadamente: pluralismo e processo eleitoral, funcionamento do Governo, participação política, cultura política e liberdades civis.

Longe do discurso da «história de sucesso» recorrente dos anos 1990/2000 sobre a pacificação e recuperação económica (Forquilha, 2014), Moçambique enfrenta sucessivas crises resultantes do processo de construção das instituições e do sistema de acumulação do capital. Se é verdade que desde o fim da guerra civil, em 1992, o País registou alguns avanços em matéria de pacificação e crescimento económico, particularmente nos anos 1990, também não é menos verdade que esses avanços têm sido acompanhados por recuos significativos. Com efeito, desde os sucessivos conflitos eleitorais, passando pela crise das dívidas não declaradas até às crises político-militares recorrentes, a realidade parece contradizer o discurso da «história de sucesso» acima mencionado. Identificar, analisar e debater essas crises e propôr pistas para soluções com vista a contribuir para o desenvolvimento económico, social e político de Moçambique é o que o IESE, entre outras coisas, tem procurado fazer com a sua pesquisa ao longo dos 13 anos da sua existência como instituto de pesquisa, através de diversas publicações, com destaque para a série *Desafios para Moçambique*.

O CONTEXTO DO LIVRO *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2020*

Esta é a décima primeira edição da série *Desafios para Moçambique*. O livro foi produzido num contexto marcado essencialmente por três crises.

A primeira crise refere-se às chamadas dívidas ilícitas, cujos efeitos socioeconómicos ainda continuam a fazer-se sentir nas famílias moçambicanas, particularmente as mais desfavorecidas. Contraídas em 2013 e 2014 com garantias soberanas do Estado e sem conhecimento do Parlamento, as dívidas ilícitas agravaram a crise financeira do País e cristalizaram a fragilidade das instituições criadas no contexto da construção democrática. Na sequência de um longo processo desencadeado pelo Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) – uma plataforma que congrega diversas organizações da sociedade civil em Moçambique – o Conselho Constitucional declarou, em 2019, a nulidade de todos os actos inerentes à contratação das dívidas referentes à Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) (Acórdão n.º 5/CC/2019) e, em 2020, a nulidade dos actos que dizem respeito às dívidas contraídas pelas empresas ProIndicus e Mozambique Asset Management (MAM) (Acórdão n.º 7/CC/2020). Apesar disso, no caso da EMATUM, o Governo de Moçambique continuou a negociar junto dos seus credores com a finalidade de reestruturar a dívida e prosseguir com o respectivo pagamento, contrariando o acórdão do Conselho Constitucional de 2019 acima referido e vários sectores da sociedade moçambicana, com destaque para as organizações da sociedade civil congregadas no FMO. Com cerca de 19 arguidos, o processo judicial referente às dívidas ilícitas ainda não conheceu nenhum julgamento, desde que ocorreram as primeiras detenções dentro do País, em Fevereiro de 2019. Com contornos judiciais de natureza complexa, o processo das dívidas ilícitas possui igualmente contornos políticos complexos, consubstanciados em conflitos e clivagens no seio das elites da Frelimo. A recente audição do antigo presidente da Frelimo e

da República, Armando Guebuza, pela Procuradoria Geral da República, a 30 de Setembro de 2020, no âmbito do processo autónomo 536/11/P/2019, em grande medida ilustra a maneira como o processo das dívidas ocultas vem acentuando as clivagens dentro da Frelimo.

A segunda crise que marca o contexto no qual este livro foi produzido refere-se à prevalência de conflitos armados nas regiões Centro e Norte de Moçambique, nas províncias de Manica e Sofala e Cabo Delgado, respectivamente. Embora se trate de conflitos armados de natureza diferente, eles reflectem os desafios do processo da construção do Estado moçambicano no período pós-independência com as suas contradições e clivagens de ordem social, política e económica e graves implicações em termos de crise humanitária, cristalizada no aumento do número das populações deslocadas, que fogem das zonas assoladas pela violência armada.

Reconfigurado no contexto da crise interna da Renamo e das negociações para pôr fim à guerra entre o antigo movimento rebelde e o Governo de Moçambique, na sequência das eleições gerais de 2014, o conflito que se vive nas províncias de Manica e Sofala, na realidade, cristaliza as dificuldades que o País tem de traduzir os sucessivos acordos assinados entre o Governo e a Renamo, desde 1992,⁴ numa reconciliação efectiva capaz de oferecer aos diferentes grupos políticos, económicos, sociais, étnicos, as mesmas oportunidades, no âmbito do processo da construção do Estado moçambicano. Neste contexto, apesar de o processo do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) estar a decorrer, a existência e a actuação da Junta Militar da Renamo coloca desafios concretos ao sentido e à sustentabilidade do DDR, facto que, por sua vez, desafia e põe em causa o próprio Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em Agosto de 2019.

Se, na região Centro (Manica e Sofala), o conflito, desde o início, assumiu contornos relativamente claros em termos de motivações e natureza, o mesmo não se pode dizer da violência armada no Norte de Moçambique, com epicentro em Cabo Delgado. Com efeito, nos dias que se seguiram ao primeiro ataque às instituições do Estado, a 5 de outubro de 2017, na vila-sede de Mocímboa da Praia, instalou-se um debate sobre as origens e natureza do grupo que tinha protagonizado o ataque. Este debate conduziu a várias interpretações sobre o conflito, das quais se destacam, pelo menos, três. A primeira interpretação era aquela veiculada e privilegiada pelo Governo de Moçambique, que preferia ver o fenómeno como uma conspiração movida por forças externas hostis ao desenvolvimento de Moçambique. Nesse sentido, a insurgência seria organizada e alimentada por inimigos de Moçambique a partir do estrangeiro. A segunda interpretação estava ligada a dinâmicas de conflito de terras, no âmbito da exploração dos recursos naturais abundantes na região. Finalmente, a terceira interpretação fazia referência ao *jihad*, no contexto das dinâmicas regionais do extremismo violento em países como Tanzânia, Quênia, Somália, Uganda e República Democrática

⁴ Desde 1992, o Governo de Moçambique e a Renamo já assinaram três acordos, nomeadamente o Acordo Geral de Paz (1992), o Acordo de Cessação das Hostilidades (2014) e o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional (2019).

do Congo. Independentemente da controvérsia sobre as origens e natureza do conflito, as pesquisas de terreno mostram que o grupo que protagoniza os ataques em Cabo Delgado surgiu inicialmente como uma seita (Morier-Genoud, 2020), com ramificações em Nampula e Niassa, que mais tarde passou para um movimento militar no contexto do *jihad*. Nesse sentido, o grupo, com pretensões religiosas, é de origem local, embora tenha contado com a participação de estrangeiros, que se instalaram localmente via laços de casamento (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019) e a partir de meados de 2019 tenha estabelecido aliança com o Estado Islâmico (Forquilha & Pereira, 2020). A chegada do Estado Islâmico com combatentes estrangeiros mais bem treinados, experimentados e com armamento sofisticado melhorou consideravelmente a capacidade de actuação do grupo, tendo passado de ataques a pequenas aldeias para ataques de grande envergadura a sedes distritais, facto que deu maior visibilidade internacional ao grupo. Mas, apesar disso, o grupo que protagoniza violência em Cabo Delgado, à semelhança do que acontece em outros lugares de África, nomeadamente o Sahel, a Nigéria ou ainda a Somália, explora as múltiplas clivagens e tensões locais, a partir das quais se alimenta e desenvolve (Hansen, 2018).

A terceira crise que marca o contexto no qual este livro foi produzido diz respeito à pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em Março de 2020. De origem e natureza complexas, a pandemia da COVID-19, na realidade, constitui um «facto social total» (Mauss, 2007), na medida em que tem implicações nas diferentes dimensões da vida em sociedade, nomeadamente política, económica, social e religiosa. Com efeito, aquilo que inicialmente se apresentava como um mero problema de saúde pública, rapidamente se transformou num desafio transversal, no contexto da implementação das medidas de prevenção, afectando não só o funcionamento da economia, mas também as relações sociais, o espaço cívico e até a maneira como se organiza e pratica o culto nas diferentes confissões religiosas ao longo do País. À semelhança das outras crises acima mencionadas, a crise sanitária no contexto da COVID-19 também veio expor a fragilidade das instituições do País, nomeadamente sanitárias, económicas, políticas e sociais, bem como as vulnerabilidades de uma economia virada para a acumulação extractiva e porosa de capital, com enormes fraquezas nos serviços públicos e nas condições de trabalho e de vida, incapaz de lidar com esta crise e com as medidas sanitárias necessárias.

O CONTEÚDO DO LIVRO

Os artigos que compõem esta edição resultam, fundamentalmente, da pesquisa e reflexão à volta de assuntos relacionados com as três crises acima mencionadas. As autoras e os autores do livro, recorrendo a metodologias e perspectivas teóricas diversificadas, procuram trazer elementos que conduzem à análise e compreensão dos desafios que Moçambique tem vindo a enfrentar nos últimos tempos, no âmbito do processo da construção do Estado. Constituído

por 18 artigos escritos por autoras e autores provenientes de diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, o livro está dividido em quatro secções, nomeadamente Política, Economia, Sociedade e Moçambique no Mundo.

Estruturada à volta de quatro temas, nomeadamente conflitos político-militares, paz e reconciliação, manifestos eleitorais nas eleições gerais de Outubro de 2019 e governação municipal, a secção *Política* é constituída por seis artigos.

Partindo da análise da globalização dos riscos, o primeiro artigo da secção *Política* discute o conflito em Cabo Delgado e o risco sistémico da guerra em Moçambique. Passando em revista os diferentes tipos de riscos, com destaque para os riscos sanitários, cristalizados na pandemia da COVID-19, os riscos ambientais consubstanciados nas calamidades naturais que têm vindo a assolar o País com alguma frequência nos últimos anos, os riscos económicos e financeiros, representados pelas dívidas ilícitas e pelo branqueamento de capitais e os riscos políticos, os autores sublinham que o maior risco que Moçambique conhece é a guerra. Neste contexto, para os autores, a violência das armas que está presente na política moçambicana constitui um risco sistémico na medida em que a guerra é transversal a todos os outros riscos sob ponto de vista de suas consequências sociais, económicas, políticas e culturais. Procurando analisar os ciclos da violência armada, os autores consideram que os factores explicativos das guerras em Moçambique coincidem com quatro factores da guerra em outros países do continente africano, nomeadamente a gestão neopatrimonialista dos Estados por parte dos dirigentes e/ou partidos históricos ou libertadores; fracas políticas sociais para a melhoria da vida das populações; conflitos históricos e culturais entre populações do mesmo país; gestão danosa dos recursos naturais por parte dos governos. Relativamente à violência armada no Norte de Moçambique, os autores sublinham que as discussões actuais para explicar a guerra em Cabo Delgado situam-se a três níveis, nomeadamente religioso, de políticas sociais e de recursos naturais. Todavia, eles procuram mostrar ao longo do artigo que «a compreensão, complexa, do fenómeno da guerra no Norte de Moçambique, como hipótese de trabalho, está ligada aos factores acima evocados numa hierarquia que coloca no centro a ideia dos interesses económicos ligados à ideia da descoberta dos recursos naturais, conjugada com o uso e aproveitamento das fragilidades do País na sua estrutura religiosa e nas suas políticas sociais» (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020: 37).

Ainda no contexto da violência armada que assola a região Norte, o segundo artigo da secção *Política* interroga o que Moçambique pode aprender com os seus ciclos de violência nos últimos 50 anos, particularmente a experiência da sua própria guerra civil (1976-1992) para fazer face ao conflito. Com base em material empírico recolhido no âmbito do programa de pesquisa em curso no IESE, intitulado «Estado, violência e desafios de desenvolvimento no Norte de Moçambique», os autores do artigo centram a sua análise nas dinâmicas da insurgência. Eles argumentam que apesar das diferenças entre a guerra civil e a insurgência em Cabo

Delgado, há semelhanças particularmente no que se refere às dinâmicas e à maneira como o Estado moçambicano tem estruturado a sua resposta ao conflito. Os autores sublinham que, à semelhança do que aconteceu na guerra civil, o grupo que move a contestação violenta ao Estado em Cabo Delgado mobiliza as clivagens sociais, económicas e políticas preexistentes na construção de narrativas que facilitam o avanço da insurgência. Por isso mesmo, os autores consideram que a resposta do Estado relativamente ao conflito em Cabo Delgado não tem de se estruturar unicamente em função da dimensão externa – a agressão movida pelo Estado Islâmico. Ela tem que se estruturar também tomando em conta factores internos do conflito, que fazem avançar a insurgência nomeadamente as clivagens sociais, económicas e políticas que existem localmente (Forquilha & Pereira, 2020).

O terceiro artigo da secção *Política* analisa a relação entre geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado. Com base em dados eleitorais dos níveis de distrito e posto administrativo, o autor procura interrogar «se seria possível estabelecer algum tipo de relação entre o voto nos diferentes partidos e a abstenção, por um lado, e as zonas afectadas pela violência, por outro, considerando que, de alguma maneira, os resultados eleitorais definem linhas de clivagem política e de potencial conflitualidade social» (Brito, 2020: 57). A análise mostra que a cartografia dos ataques, em grande medida, coincide com o voto em favor da Renamo, na medida em que existe uma correlação positiva, a nível de postos administrativos, entre o voto na Renamo e o número de ataques. Nas suas notas finais, o autor considera que existe uma tendência de alastramento das regiões afectadas pela violência armada, que seria para o sul e o interior da província de Cabo Delgado e mais para o sul em direcção à província de Nampula, em territórios de forte influência histórica da Renamo (Brito, 2020).

Debruçando-se sobre um dos aspectos mais críticos do processo político moçambicano, o quarto artigo da secção *Política* discute paz e reconciliação em Moçambique, com recurso aos conceitos de *path dependence* (dependência da trajetória) e *critical junctures* (conjunturas críticas). Os autores analisam o processo de paz e reconciliação em Moçambique, dando destaque ao acordo de paz assinado em Agosto de 2019. Eles argumentam que «por muito que estes acordos de paz se inscrevam em contextos mais amplos de conjunturas críticas para a construção da paz, democratização e descentralização, as leis de amnistia a eles ligados podem inscrever-se numa lógica de dependência da trajectória» (Weimer & Bueno, 2020: 66). Com base na literatura e em melhores práticas internacionais, os autores propõem um conjunto de recomendações para a reconciliação em Moçambique. Eles recomendam igualmente «mais trabalho de cunho sociológico, político e institucional para compreender plenamente a interacção entre as elites, tanto da Renamo como da Frelimo, que puseram em risco ou enfraqueceram as inovações e reformas institucionais facilitadas pelas conjunturas críticas ao recorrerem a ferramentas características da dependência da trajectória tais quais a limitação ou a revogação de inovações já negociadas» (Weimer & Bueno, 2020: 86).

O quinto artigo da secção *Política* analisa os manifestos eleitorais dos principais partidos políticos que concorreram às eleições gerais de Outubro de 2019. Escrito antes da realização das referidas eleições, o autor constata que, de uma forma geral, nos diferentes manifestos, o modelo de nação e modernização veiculado pela Frelimo desde a independência não é contestado. Ademais, o autor considera que os manifestos analisados não podem ser classificados em termos de esquerda/direita. Com efeito, «todos os manifestos contêm medidas sociais, mas todos querem não só a presença do capitalismo internacional, como a querem como ferramenta fundamental de desenvolvimento. O que é discutido é mais como captar melhor as regalias. Mas o modelo global de desenvolvimento/crescimento não é contestado: é o crescimento que vai fazer recuar a pobreza mais do que a partilha das riquezas quando só este último princípio imporia uma modificação profunda das estruturas económicas e sociais» (Cahen, 2020: 119).

Finalmente, o sexto e último artigo da secção *Política* analisa a governação municipal em contextos de alternância política em Moçambique. Tomando o caso do município de Gurué, no mandato de 2014–2018, o autor discute duas questões principais. A primeira questão refere-se ao «conflito nas relações de poder entre o governo municipal e o governo distrital na questão das lideranças comunitárias a nível dos bairros do município, onde se procura mostrar como a Frelimo, através do uso do poder de tutela administrativa e financeira do Estado, restringia a governação do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), possibilitando a existência de duas estruturas conflituantes a nível dos bairros. A segunda refere-se à luta pelo protagonismo político-partidário entre os dois poderes [governo distrital e governo municipal] na prestação de serviços públicos» (António, 2020: 121).

A secção *Economia* é constituída por cinco artigos. Ela discute as crises, contradições e paradoxos da economia moçambicana e estrutura-se, essencialmente, à volta de cinco temas, nomeadamente finanças internacionais; produção e reprodução agrícola; política fiscal e monetária; trabalho e emprego; investimento directo estrangeiro.

O primeiro artigo da secção *Economia* «descreve e explica como e por que razão a economia e as suas dinâmicas de expansão e de crise, as suas contradições e os seus paradoxos foram estruturados e articulados pela sua relação de dependência com o capital financeiro privado internacional, e as implicações desta relação para as características, as dinâmicas e as opções de acumulação privada de capital e de desenvolvimento da sociedade como um todo em Moçambique» (Castel-Branco, C.N. 2020a: 141). Ao longo do artigo, o autor discute as dinâmicas e o impacto do processo especulativo de acumulação de capital e a crise económica moçambicana. Relativamente a esta última, longe de ser resultado de um momento atípico e passageiro, o autor argumenta que se trata de uma crise anunciada pelas trajectórias históricas «gravadas» nas estruturas sociais de acumulação.

Um dos sectores que mais tem contribuído para o PIB nas últimas duas décadas tem sido a agricultura, com uma média anual aproximada de 20 %. Todavia, o crescimento e expansão da

economia nesse período pouco se reflectiu no desenvolvimento de forças produtivas no sector. O segundo artigo da secção *Economia* fornece elementos para a análise e compreensão das tensões e conflitos à volta das condições de produção e reprodução agrícola em Moçambique. O autor argumenta que «as estruturas dominantes da economia determinam as condições sociais de produção e reprodução na agricultura, a sua transformação e a natureza das tensões e conflitos à sua volta» (Muianga, 2020: 186).

O terceiro artigo da secção *Economia* discute as tensões, conflitos e inconsistências nas relações entre as políticas fiscal e monetária. Nele, o autor procura analisar as razões dessas tensões, conflitos e inconsistências, a maneira como se reproduzem ao longo do tempo, o seu impacto e as suas implicações na economia. Com base nas dinâmicas da economia de Moçambique na última década e meia, o autor argumenta que «as tensões, os conflitos e a inconsistência nas relações entre a política fiscal e monetária emergem da estrutura económica e dos padrões de acumulação dominantes na economia, o que impede o processo de transformação e diversificação da base produtiva nacional» (Ibraimo, 2020: 204).

Ainda na secção *Economia*, o quarto artigo aborda um dos aspectos mais destacados nas políticas públicas em Moçambique – o emprego. Com base numa análise de economia política, a autora discute os desafios e contradições para uma abordagem sobre trabalho e emprego em Moçambique. Ela argumenta que «é preciso olhar para a organização do trabalho nas suas diferentes formas, além do emprego e da esfera produtiva e incluir o trabalho não remunerado e a esfera reprodutiva, que são parte integrante dos mercados de trabalho e do sistema de acumulação, com tensões e contradições» (Ali, 2020: 231).

Por fim, o quinto e último artigo da secção *Economia* trata de investimento directo estrangeiro (IDE) e desenvolvimento socioeconómico em Moçambique. Nele, o autor parte da constatação segundo a qual, apesar de o investimento ter crescido nas últimas duas décadas em Moçambique, ele tem-se caracterizado pela presença de focos de tensões e conflitos nas comunidades onde os projectos estão implantados, pouca ligação com outros sectores da economia, um evidente extrativismo, além da reprodução da estrutura económica de dependência externa. O argumento principal do artigo sublinha que «o aumento do IDE na economia não é necessariamente a condição para o desenvolvimento se não for maximizada a captação e utilização das receitas. Embora a lógica de fomento do desenvolvimento económico através do investimento adoptada pelo Governo de Moçambique no PQG 2015–2019 tenha um embasamento teórico, o seu enquadramento é simplista e pouco considera a natureza do investimento, o contexto em que este é aplicado e o seu efeito natural na economia» (Sambo, 2020: 278).

A terceira secção do livro chama-se *Sociedade*. Ela é composta por cinco artigos e estrutura-se, essencialmente, à volta de três temas, nomeadamente protecção social, trabalho e os *media* no contexto da COVID-19.

O primeiro artigo da secção *Sociedade* discute a protecção social e os mecanismos de financiamento às empresas em Moçambique. Baseado na pesquisa sobre protecção social, que tem vindo a ser desenvolvida no IESE nos últimos anos, o artigo procura aprofundar a análise sobre os alicerces financeiros da protecção social em Moçambique. Os autores sublinham que «o desenvolvimento de um sistema de protecção social financeiramente viável e inclusivo depende da dinâmica do crescimento económico associada a outras variáveis, como a poupança, o investimento e o consumo, que também estão muito relacionadas com a dinâmica das empresas no País como um dos meios que permite organizar e distribuir a produção pela população» (Siuta & Chishte, 2020: 313).

O segundo artigo analisa a segurança social em Moçambique tomando em atenção a crise sanitária no contexto da COVID-19 e a redistribuição no âmbito do desenvolvimento inclusivo. Depois de uma análise do sistema de segurança social em Moçambique, com base na Lei da Protecção Social de 2007, a autora sublinha que «é importante reconhecer que, em Moçambique, políticas redistributivas não faltam; o que faltam são políticas redistributivas orientadas para a maioria da população» (Castel-Branco, RK 2020a: 350).

Com base numa pesquisa desenvolvida na açucareira de Xinavane, o terceiro artigo desta secção analisa os efeitos da nova abordagem introduzida na empresa, que enfatiza técnicas de quantificação, cálculo e gestão provenientes dos institutos de pesquisa de açúcar da África do Sul. A autora levanta questões relativamente a esta nova abordagem. Ela «analisa sobretudo as estratégias emergentes de gestão de trabalho e identifica como as “novas” práticas gerem uma força de trabalho grande e anteriormente indisciplinada. Esta gestão tem sido realizada através da divisão geográfica e de género, que não só reforça as baixas valorizações sociais e materiais da vida e do trabalho rural moçambicano, mas também restabelece um regime de trabalho profundamente associado à violência do passado colonial» (Lazzarini, 2020: 364).

Sector laboral historicamente marginalizado, o trabalho doméstico só conseguiu a sua formalização em Moçambique em 2008, com a aprovação do Decreto 40/2008, resultado de uma luta do movimento sindical e feminista nacional e internacional. O quarto artigo da secção *Sociedade* analisa o impacto da formalização do trabalho doméstico em Moçambique dez anos depois da aprovação do decreto acima mencionado. A autora constata que «houve alguns avanços na última década incluindo: a definição de um quadro regulamentar para o trabalho doméstico, a proliferação de organizações de trabalhadores domésticos filiadas ao movimento sindical e uma maior valorização por parte da sociedade e dos empregadores deste sector. No entanto, existem vários desafios entre os quais: um quadro regulamentar fraco e fracamente implementado, um baixo nível de colaboração entre as organizações de trabalhadores domésticos e a marginalização de organizações no contexto de um movimento sindical machista e de um movimento feminista classista» (Castel-Branco, R.K. 2020b: 392).

O quinto e último artigo da secção *Sociedade* aborda os desafios dos *media* moçambicanos na cobertura da COVID-19. Com base na análise de conteúdo e observação sistemática e tomando como objecto de análise a rádio, a televisão, os jornais, as redes sociais e a Internet, o autor analisa o processo da construção do discurso mediático e a sua influência social. Assim, o autor conclui que «a cobertura dos *media* sobre COVID-19 com linguagem de pânico e medo, seguida por desinformações desencadeadas pelas redes sociais da Internet, contribuiu para gerar o sentimento de angústia, insegurança e fragilidade» (Joanguete, 2020: 416).

A última secção do livro chama-se *Moçambique no Mundo*. Ela comporta dois artigos e estrutura-se à volta de dois temas, nomeadamente a dimensão internacional do conflito em Cabo Delgado e as relações entre a África do Sul e Moçambique no domínio económico.

O primeiro artigo da secção aborda a presença de ugandeses e tanzanianos no seio do grupo dos insurgentes, que, desde Outubro de 2017, têm vindo a atacar as instituições do Estado e populações civis na província de Cabo Delgado. O autor analisa o perfil dos tanzanianos e ugandeses do «Al-Shabaab moçambicano» e «procura responder às seguintes questões: quem são os tanzanianos e ugandeses do Al-Shabaab? Como chegaram a Moçambique? O que pretendem? Porque escolheram a província de Cabo Delgado? Será o Al-Shabaab uma filial do Estado Islâmico?» (Chichava, 2020: 429).

Com base numa pesquisa sobre a integração regional, realizada em 2002, o segundo e último artigo da secção *Moçambique no Mundo* discute as ligações económicas entre África do Sul e Moçambique. O autor argumenta que «os vínculos económicos entre os dois países foram construídos ao longo dos anos por causa de forças dinâmicas (ligações e pressões económicas, agentes sociais e políticas públicas) que operam nas duas economias. Tais forças dinâmicas, como o complexo mineral-energético da África do Sul, ainda estão em operação» (Castel-Branco, CN 2020b: 441).

Ao iniciar a série *Desafios para Moçambique*, em 2010, o IESE fê-lo com a convicção da necessidade e importância de usar os resultados da pesquisa para pensar no País, com base em evidências, procurando, assim, dar o seu contributo para a construção de uma cidadania activa. Por isso, ao longo dos 11 anos da existência da série *Desafios para Moçambique*, com base nos artigos publicados em cada edição, o IESE procura, anualmente, e de uma forma sistemática, promover debates não só em Maputo, como também nas províncias com a finalidade de levar para uma diversidade de actores e audiências o debate e o pensamento crítico sobre a realidade política, económica e social de Moçambique.

Ao longo destes 11 anos, as diferentes edições do *Desafios para Moçambique* têm vindo a abordar vários «desafios» referentes ao processo de desenvolvimento político, económico e social de Moçambique. Seria difícil enumerar todos os desafios abordados nas diferentes edições da série. No entanto, dois deles merecem algum destaque na sequência da sua relevância e actualidade para o País.

O primeiro desafio refere-se à fragilidade do Estado. O conceito de fragilidade é complexo e a sua definição não é necessariamente consensual. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define a fragilidade como uma combinação da exposição ao risco e a insuficiente capacidade do Estado, sistema ou comunidade de lidar com esse risco (OCDE, 2019). Cinco dimensões entram na definição da OCDE, nomeadamente política, económica, ambiental, social e securitária. Com base nesse quadro de análise, a OCDE nos seus relatórios sobre estados de fragilidade, referentes aos últimos três anos, considera que a situação de fragilidade em Moçambique, comparada com os dados do relatório de 2016, tem vindo a deteriorar-se, em todas as dimensões, nomeadamente económica, política, ambiental, social e securitária.

É importante sublinhar que o desafio da fragilidade do Estado, consubstanciada particularmente na deterioração da situação económica, social, securitária e política, não pode ser visto como uma maldição de alguma força externa. A fragilidade do Estado resulta, em primeiro lugar, das opções levadas a cabo pelo País ao longo dos anos. Nesse sentido, a fragilidade do Estado não é uma variável independente ou uma condição original. Ela é uma variável dependente, cuja explicação passa (entre outros aspectos) pela análise e compreensão da maneira como funcionam as instituições e as normas sociais. Neste contexto, entender a fragilidade do Estado implica questionar sobre a maneira como funcionam as instituições do País. Mais do que isso, implica interrogar a maneira como as elites políticas e o cidadão comum imaginam e vivenciam as instituições: como é que as elites políticas e o cidadão comum se relacionam com as instituições? Em que medida as elites políticas e o cidadão comum respeitam as instituições? As respostas a estas perguntas ajudam-nos a entender não só as causas, como também as implicações da fragilidade do Estado no contexto do processo de desenvolvimento de Moçambique.

O segundo desafio, que decorre do primeiro (fragilidade do Estado) e também, de alguma forma, é abordado nas diferentes edições do *Desafios para Moçambique*, ao longo dos anos, é a tendência para a institucionalização da violência em Moçambique. Com efeito, a história do processo político moçambicano, nos últimos 50 anos tem sido marcada por violência recorrente: a guerra anticolonial; a guerra civil; os sucessivos e recorrentes conflitos eleitorais e, muito recentemente, a violência armada em Cabo Delgado. Neste sentido, o País tem estado a viver de violência em violência. Apesar dos discursos triunfalistas das elites políticas sobre a chamada paz efetiva e reconciliação, a realidade mostra que Moçambique ainda tem um longo caminho por percorrer, particularmente no que se refere à reconciliação. Na verdade, em nenhuma parte do mundo a reconciliação se faz de discursos. Ela é feita de acções concretas do ponto de vista do processo de construção das instituições. Com efeito, enquanto as instituições do País não forem um espelho da heterogeneidade de Moçambique; se elas não tomarem em conta as ricas diferenças na maneira de pensar e olhar para o País; se o seu funcionamento

não trazer benefícios para todos os moçambicanos, independentemente da crença religiosa, opinião política ou cor da pele e continuarem a servir interesses de grupos; e se elas não promoverem a inclusão política, económica e social, dificilmente Moçambique terá soluções duradouras para a violência recorrente e o discurso da chamada paz efectiva e reconciliação será uma mera retórica dos políticos.